

**PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL**

## DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE EDITAL

Recurso                      recurso extraordinário 42.649  
Tribunal                     STF  
Julgado em                09/05/1978

## NÃO PAGAMENTO DA TAXA — CORTE - SE É CONSTITUCIONAL

**RESUMO**

- ... Trata-se de mandado de segurança impetrado contra o corte do fornecimento de água para a residência do impetrante, por estar em débito. Sustenta o impetrante, que um serviço público fundamental, instituído para acorrer a uma necessidade vital da sociedade, não pode ter sua prestação suspensa por motivos menores, como é o caso do seu não pagamento por alguns usuários. - A sentença..., cujo relatório é adotado, denegou a segurança. - Confirma-se a sentença denegatória pelos seus próprios fundamentos. Aliás, a matéria já foi examinada pelo Plenário do STF, no recurso extraordinário nº 42.649 - PR. Nesse caso, o Tribunal de Justiça do Paraná decidira ser inconstitucional disposição de lei que autorizava a Prefeitura de Ponta Grossa a suspender o fornecimento de água canalizada, por falta de pagamento da respectiva taxa, mas o STF deu provimento ao recurso, decidindo não ser inconstitucional o dispositivo questionado. - ..... - Negado provimento ao recurso. Julgado em 10-05-1978 Revista dos Tribunais. Agosto, 1978. Vol. 514. Pág. 136 EMENTÁRIO FORENSE. Junho, 1979. Ano XXXI. Nº 367

**EMENTA**

Não é inconstitucional lei que determina o corte de água para residência de consumidor em débito.

**NOTA DA REDAÇÃO**

Revista dos Tribunais